

# REFLEXÕES SOBRE ‘*CONTRA OS RETÓRICOS*’, DE SEXTO EMPÍRICO

(REFLEXIONS ON THE *AGAINST THE RETHORICIANS* BY SEXTUS EMPIRICUS)

RODRIGO PINTO DE BRITO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (BRASIL)

MEMBRO DA CÂTEDRA UNESCO-ARCHAI

**Resumo:** Interpretação geral de *Contra os retóricos* (*Adv. Rhet.* ou M2), do filósofo/médico cético Sexto Empírico (c. II-III d.C.) aplicando o mecanismo da “via média”. Assim, esta obra de Sexto é abordada passo-a-passo, demonstrando os dois grandes movimentos refutativos que atravessam o livro: 1- o ataque à retórica enquanto *techne* e 2- enquanto produtora da persuasão. Finalmente, demonstramos um caso concreto de aplicação da *skeptike agoge* em um âmbito externo ao da filosofia.

**Palavras-chave:** Pirronismo; Sexto Empírico; *Contra os Retóricos*.

**Abstract:** General interpretation of *Against the Rhetoricians* (*Adv. Rhet.* Or M2), by philosopher/physician Sextus Empiricus (c. II-III C.E.), applying the “middle way” tool. Thus, this Sextus’ work is approached step by step, showing the two great refutative movements which take place in the book: 1- the attack on the rhetoric as *techne* and 2- as producer of persuasion. Finally, a concrete case is shown in which the *skeptike agoge* is employed in an ambit outside of philosophy.

**Keywords:** Pyrrhonism; Sextus Empiricus; *Against the Rhetoricians*.

## ESQUEMA GERAL DO ARGUMENTO DE *ADVERSUS RHETORICOS* (*ADV. RHET.*)

Entre as obras do filósofo/médico cético Sexto Empírico (apogeu em II-III d.C.), as que chegaram até nós são: *Esboços pirrônicos*, composto por três partes, que, grosso modo, oferecem um esboço do que seja o pirronismo; *Contra os dogmáticos*, por sua vez dividido em cinco livros, a saber: *Contra os lógicos* I e II, *Contra os físicos* I e II, e *Contra os éticos*, em um único livro; e *Contra os professores*, dividido em seis livros: *Contra os gramáticos*, *Contra os retóricos*, *Contra os geômetras*, *Contra os aritméticos*, *Contra os astrólogos* e *Contra os músicos*. Além das obras supracitadas, Sexto Empírico teria escrito ainda um *Tratado médico* (ou *Tratado empírico*) e *Sobre a alma*.

De um modo geral, *Contra os professores* é um ataque às artes, técnicas ou ofícios (τέχναι) que começa por uma polêmica contra as artes em geral e prossegue aprofundando a disputa, fazendo-a incidir, depois, sobre cada arte individual. Assim, Sexto Empírico alinha-se primeiramente aos epicuristas (*Contra os gramáticos* 1-7), para quem as artes não poderiam levar à sabedoria ou à perfeição. Contudo, a seguir, Sexto alega que essa refutação às artes de molde epicurista é dogmática. O ataque de Sexto, por outro lado, possui a mesma motivação que todos os seus outros ataques às filosofias dogmáticas, a rejeição da presunção inerente à assunção da sabedoria e do conhecimento, as aporias, controvérsias e disputas em torno da verdade e, finalmente, a pretensão de possuir o melhor ou derradeiro critério para o conhecimento dessa verdade, que leva à sabedoria (ou, inversamente, um ataque contra a negação radical da possibilidade do conhecimento, que é uma espécie de dogmatismo negativo).

Assim, em *Contra os professores*, bem como em todas as suas obras, Sexto Empírico usa os argumentos dogmáticos para se refutarem mutuamente, sem comprometer-se com as fundamentações teóricas internas aos sistemas aos quais pertencem. Sua leitura é seletiva, mas profunda e selecionada com conhecimento de causa. Sua finalidade imediata é

fazer emergir aporias que levem o leitor a reter o assentimento quanto às questões em disputa, conduzindo-o por acaso à ἀταξία.

Dessa forma, o argumento de *Contra os retóricos*, um ataque aos que professam a possibilidade de se ensinar essa arte, começa com a busca pela definição da retórica, que se demonstra aporética, porque os próprios filósofos dogmáticos são incapazes de oferecer uma definição unânime para ela (1-10). Depois disso, Sexto envereda por definições aristotélicas e platônicas da Retórica (10-20) até chegar à posição acadêmica sobre essa arte, que provisoriamente oferecerá os argumentos necessários à refutação da noção estoica de retórica (20-43). Em seguida, são apresentadas defesas de característica estoica (43-48), de onde se conclui a inconsistência da retórica. Logo após, Sexto envereda por uma análise acurada sobre as próprias partes dessa arte (48-60), culminando com a sua finalidade, onde começam a se desenhar os ataques que serão lançados, agora, aos próprios critérios acadêmico (a que Sexto aderiu anteriormente) e estoico (60-112). Para tal, o médico cético tem que distinguir entre a linguagem do cético e a linguagem do dogmático (no caso, o professor de retórica), bem como o modo como o cético é ativo nas τέχναι e o modo como o dogmático também o é. Mas, acompanhem as palavras de Sexto Empírico.

41

## **CONTRA OS RETÓRICOS PASSO A PASSO A BUSCA PELA DEFINIÇÃO DE RETÓRICA**

*Contra os retóricos* continua as discussões já iniciadas em *Contra os gramáticos*, mas Sexto Empírico a considera mais importante, porque as discussões sobre a gramática são mais teóricas, ao passo que a τέχνη retórica tem sua eficácia testada na prática (*Contra os retóricos*<sup>1</sup> 1). Como em todas as suas obras, com a exceção de *Esboços pirrônicos*, as discussões sextianas começam sempre pela tentativa de definir o objeto sob

---

1 Doravante abreviado como *Adv. Rhet.*

exame, para a retórica ele adota inicialmente uma definição de Platão (*Adv. Rhet.* 2) que aparece em *Górgias*, notadamente no passo 453a:

SÓCRATES: Quer parecer-me, Górgias, que explicaste suficientemente o bem que consiste para ti a arte da retórica. Se bem te compreendi, afirmastes ser a retórica a mestra da persuasão, e que todo o seu esforço e exclusiva finalidade visam apenas a esse objetivo. Ou tens mais alguma coisa a acrescentar sobre o poder da retórica, além de levar a persuasão à alma dos ouvintes?

GÓRGIAS: De forma alguma, Sócrates: acho tua definição muito boa. A persuasão é, de fato, a finalidade precípua da retórica.

Contudo, apesar de aparecer em um diálogo de Platão, a definição não é de Platão, mas de Górgias, mas parece que, para Sexto Empírico, se a definição aparece em um diálogo platônico, considerando que não se pode saber ao certo a posição do próprio Platão acerca de qualquer assunto, uma vez que ele não é personagem dos próprios diálogos, basta que Platão seja autor dos diálogos para ser também tratado como autor de quaisquer definições contidas nesses diálogos.

Mas não somente a retórica produz persuasão, a beleza também o faz (*Adv. Rhet.* 3-4). Logo, a retórica deve ser produtora da persuasão através das palavras (*Adv. Rhet.* 5), embora outras τέχναι também produzam o mesmo objetivo com os mesmos meios. Portanto, o retórico não deve tão-somente suscitar a persuasão através do discurso, mas deve induzir à persuasão, usando o discurso para tal (*Adv. Rhet.* 5).

Se, assim, o discurso é primordial para o tipo de persuasão induzido pela retórica, então se deve tentar pensar em uma definição de retórica que atente para o tipo ou a qualidade do discurso dos retores, o que leva-nos às definições dos estoicos e de Xenócrates<sup>2</sup> para a retórica como “a ciência do bom discurso” (ἐπιστήμην τοῦ εὖ λέγειν). Mas os

---

2 Xenócrates viveu no período compreendido entre 396-314 a.C. e sucedeu Espeusipo como escolarca da academia no período compreendido entre 339-314 a.C. Ver: *Adv. Rhet.* 6.

estoicos e Xenócrates consideram diferentemente o que é a ἐπιστήμη; para os primeiros é κατάληψις ao passo que para o segundo é τέχνη. Além disso, distinguem também entre o discurso dos retores e o dos homens comuns (λόγος) da dialética, marcada pela concisão. O λόγος dos oradores é floreado e adornado através de diversos recursos estilísticos, ao passo que o das pessoas comuns não possui essas características, mas ambos diferem da dialética (*Adv. Rhet.* 6-7).

Voltando agora à definição da retórica como uma forma de ἐπιστήμη, há os estoicos que a entendem como κατάληψις e, para quem, ademais, a κατάληψις é inerente ao sábio, o que significa que a ἐπιστήμη é também inerente ao sábio, então a ciência do bom discurso da mesma forma o é. Há também Xenócrates que a considera como τέχνη λόγων, a quem Sexto Empírico une Aristóteles, ressaltando que há ainda outras definições aristotélicas (*Adv. Rhet.* 8).

Mas Sexto não pretende discutir as descrições da retórica, seu objetivo é fazer uma refutação que ataque precisamente as definições dela como (1) arte (τέχνη); (2) ciência do discurso (“ἐπιστήμην λόγων”); (3) produtora do dizer e da persuasão (“τοῦ λέγειν καὶ πειθοῦς περιποιητικήν”) (*Adv. Rhet.* 9).

43

## AS REFUTAÇÕES ÀS DEFINIÇÕES DISPONÍVEIS

Analisemos as refutações lançadas por Sexto Empírico às três definições supracitadas (τέχνη; “ἐπιστήμην λόγων”; “τοῦ λέγειν καὶ πειθοῦς περιποιητικήν”), comecemos pela definição de retórica como τέχνη.

## AS REFUTAÇÕES À DEFINIÇÃO DA RETÓRICA COMO TEXNH

Se a definição da retórica recorre à arte, então deve haver também uma definição de arte, a começar pela definição estoica em que arte

é “um sistema composto por apreensões exercidas em conjunto e dirigidas a um fim útil para a vida” (*Ad. Rhet.* 10). Agora, essa definição estoica de arte, por sua vez, ocorre também em no passo 188 do terceiro livro dos *Esboços pirrônicos*, mas relacionada à sua psicologia dogmática e conduzindo a uma aporia:

Novamente, os estoicos declaram que os bens da alma são determinadas artes (τέχνας), digo, as virtudes (ἀρετάς). E uma arte, dizem eles, é ‘um sistema composto por apreensões (καταλήψεων) exercidas em conjunto’, e as percepções surgem no princípio dominante (τὰς δὲ καταλήψεις γίνεσθαι περὶ τὸ ἡγεμονικόν). Mas, como tomam lugar no princípio dominante, que, de acordo com eles, é o alento, um depósito de percepções, e tal agregado delas é capaz de produzir arte, é impossível de conceber, dado que cada impressão sucessiva oblitera a anterior, tendo em vista que o alento é fluido, e dele é dito que se move como um todo a cada impressão.

44

Sexto Empírico refere-se aqui à querela ocorrida no “primeiro estoicismo” entre Cleanto de Assos e Crisipo de Sólis acerca das impressões serem ou mudanças ou impressões na alma. Bem, se a querela persistiu, então não havia concordância a respeito disso, não havia ἀρμονία ou συμφωνία, mas sim διαφωνία, urgindo a suspensão de juízo acerca do *modus operandi* das apreensões.

Além disso, a κατάληψις não se relaciona com o falso, seja em âmbito ético (o mal, ou o vício) ou gnosiológico, mas a retórica, sim, quando o orador defende a causa do adúltero ou do ímpio e engana os juízes (*Adv. Rhet.* 10). Não há, portanto, κατάληψις na retórica, então a retórica não é arte, do ponto de vista da própria conceituação estoica. Algo ainda mais agravado pela aporia que Sexto faz emergir entre, por um lado, os estoicos e, por outro lado, os discípulos de Platão e o peripatético Critolau, que rejeitaram a retórica alegando que era um mero artifício (*Adv. Rhet.* 11-13).

Ademais, as τέχναι possuem τέλος, mesmo a filosofia, entendida pelos estoicos como arte da vida, deve ter um fim. Mas a retórica não tem um fim estável e preciso, pois por vezes o retor é insultado, outras vezes não obtém o resultado pretendido e amiúde fracassa (*Adv. Rhet.* 14-17).

Há também muitas pessoas que são capazes de argumentar eficientemente, mesmo em tribunais e assembleias, sem treinamento em técnicas retóricas. Estas pessoas usufruem da habilidade oratória meramente pela sua experiência prática, e não por obedecerem a um programa teórico estabelecido por professores que, por seu turno, mesmo tendo exaustivamente estudado a retórica, são incapazes de falar bem em público (*Adv. Rhet.* 17-19). Começa a desenhar-se aqui uma oposição entre a oratória do retor e o discurso do homem comum, e também entre a habilidade do homem comum, resultado da experiência prática, e as habilidades que os professores pretendem ensinar, baseadas em teorias. Em suma, esboça-se aqui a oposição entre o homem comum, ativo nas τέχναι — mas a partir de sua própria vida ordinária —, e o dogmático, igualmente ativo, mas a partir de seus δόγματα.

Ora, o conhecimento dos δόγματα que compõem as teorias sobre as τέχναι não faz com que se seja um bom orador, por exemplo. Ou seja, o domínio das teorias dogmáticas acerca de uma arte não é de ajuda para desempenho dessa arte. Mas a experiência prática é imprescindível para esse desempenho, e o cético, ao pretender aderir às máximas extraídas da vida comum (κατὰ τοῦ κοινοῦ βίου ἀποφθέγματα), está muito mais próximo de adquirir essa experiência, ao passo que o dogmático arrisca-se a uma má execução de uma técnica por não dispor de experiência, mesmo possuindo arcabouço teórico.

Aprofundando a rejeição da retórica como arte, Sexto Empírico apresenta outro argumento também oriundo de Critolau e da academia: que as artes são úteis e os homens não as expulsam das cidades, mas

a retórica é banida por sua hostilidade, como ocorreu em Creta (sob o legislador Tales) e Esparta (sob Licurgo), porque subverte as leis e compromete-se mais com arengas do que com a clareza (*Adv. Rhet.* 19-26).

A retórica não é útil para o próprio retor: ele precisa perder seu tempo indo a assembleias, tribunais e cartórios, envolve-se com criminosos, deve discursar agressivamente e cultiva muitos inimigos. Tampouco é útil para as cidades: torna as leis volúveis, ora aconselha a obediência a um decreto, ora a revogação do mesmo, coaduna com o parasitismo da cidade e do povo, incita a bajulação, alega servir ao benefício público, mas não o faz e desfavorece o povo. A retórica não é só inútil, é prejudicial (*Adv. Rhet.* 26-43).

Se o ceticismo preconiza o retorno à vida comum, o critério para as ações são as ações dos homens ordinários, que exercem as τέχναι aprendidas com a experiência prática e se comunicam através de um uso ordinário da linguagem, sem adesão a teorias sobre o discurso. Contrariamente, a retórica é um uso especial da linguagem, construído a partir da obediência a técnicas discursivas, e frequentemente é oposta ao uso comum da linguagem e aos parâmetros para as ações cultivados no seio da vida ordinária, assim, a retórica lesa o povo e abala seus pactos, é aversa à vida comum.

Acrescente-se a isso que Sexto Empírico atribui esse argumento (de que a retórica é prejudicial à πόλις) aos acadêmicos que, por seu turno, ergueram o razoável (εὐλογος) e o provável (πιθανός) como critérios pragmáticos para todas as ações, e que são critérios consensuais cuja eficácia é atestada no âmbito da coletividade.

Contra a argumentação abertamente cética acadêmica, surge a réplica abertamente estoica que asseve que a retórica é má somente quando é utilizada por alguém mau, ela não é má em si, mas quando usada por alguém bom e sábio, produz o bem como resultado. Contudo, o sábio estoico, se não é completamente inexistente, é raro, da mesma forma, o uso sábio da retórica, se não for completamente inexistente, será raro, ironiza Sexto (*Adv. Rhet.* 44-47).



## AS REFUTAÇÕES ÀS DEFINIÇÕES DA RETÓRICA COMO CIÊNCIA DO DISCURSO E PRODUTORA DA PERSUAÇÃO

A primeira refutação da retórica como ciência do discurso remete-se a uma aporia levantada em *contra os gramáticos* 131 acerca da definição de discurso, onde não há ἄρμονία ou συμφωνία entre os dogmáticos, mas διαφωνία, mais uma vez urgindo a suspensão de juízo, agora acerca do significado de λέξις.

Apesar da indeterminação do conceito de λέξις, Sexto prossegue analisando a possibilidade de a retórica ser a ciência do discurso, cuja finalidade é propiciar a boa oratória (*Adv. Rhet.* 52). Mas ela não ensina isso, ao invés, ensina artifícios (por exemplo: μεταλήψεις τῶν λέξεων; περίοδον, ἐπιφώνημα, colisão de vogais e ὁμοιοτέλευτον) para florear a linguagem, amiúde ao ponto de deliberadamente confundir os ouvintes, e indo assim mais uma vez contra a linguagem ordinária, que é erigida por Sexto como critério pragmático do bom discurso (*Adv. Rhet.* 53-59).

47

Nos passos anteriores de *Adv. Rhet.*, Sexto Empírico empreendeu uma argumentação largamente inspirada pelos acadêmicos contra a definição da retórica como τέχνη. Mas, como para Sexto os acadêmicos são dogmáticos, deve-se investigar a própria argumentação provisoriamente adotada, verificando se há a possibilidade de suscitar aporias quanto a ela e quanto a filosofia da academia. Dessa forma, se antes Sexto investigou a finalidade da retórica definida como arte, agora parte para a investigação acerca de sua finalidade, mas em um caso em que ela é definida como ciência. Sendo mais preciso, Sexto examina a possibilidade de a retórica, considerada ciência, ter uma finalidade, a persuasão (ou o provável = πιθανός), que é o critério acadêmico para a ação e conhecimento (*Adv. Rhet.* 60-63).

Para tal é preciso definir a persuasão, de três diferentes maneiras:

... o termo “provável” é usado em três sentidos: em um sentido, o que é claramente verdade e que, produzindo uma visão de verda-

de, leva-nos ao assentimento (καθ' ἓνα μὲν τρόπον ὅπερ ἐναργῶς τε ἀληθές ἐστι καὶ ἀληθοῦς ἐμποιοῦν φαντασίαν ἐπισπᾶται ἡμᾶς εἰς συγκατάθεσιν); em outro sentido, o que é falso, mas que, implantando uma impressão de verdade, leva-nos ao assentimento (καθ' ἕτερον δὲ ὅπερ ψεῦδός ἐστι καὶ ἀληθοῦς ἐμποιοῦν φαντασίαν ἐπισπᾶται ἡμᾶς εἰς συγκατάθεσιν) (a isso os retóricos são acostumados a chamar de “verosímil”, do fato de que é semelhante à verdade); e, em um terceiro sentido, é o que participa da verdade e da falsidade da mesma maneira (κατὰ δὲ τὸν τρίτον τρόπον τὸ κοινὸν τοῦ τε ἀληθοῦς καὶ ψεύδους). (*Adv. Rhet.* 63-64).

Por seu turno, a passagem citada acima se relaciona diretamente com outra passagem (*Contra os lógicos*<sup>3</sup> I, 174; que citarei abaixo) na qual se discute o critério de verdade, assim, na passagem acima, mais do que discutir a definição da retórica como ciência do discurso, discute-se também o critério:

48

A probabilidade, na presente instância, é usada em três sentidos: no primeiro, é aquilo que tanto parece quanto é verdade (καθ' ἓνα μὲν τρόπον τὸ ἀληθές τε ὃν καὶ φαινόμενον ἀληθές); no segundo, é aquilo que é realmente falso, mas parece verdade (καθ' ἕτερον δὲ τὸ ψευδές μὲν καθεστὼς φαινόμενον δὲ ἀληθές); no terceiro, é aquilo que é ao mesmo tempo tanto verdadeiro quanto falso (κατὰ δὲ τρίτον τὸ [ἀληθές] κοινὸν ἀμφοτέρων). (*Adv. Log.* I, 174).

Comparando *Adv. Rhet.* 63-64 com *Adv. Log.* I, 174 percebemos algumas discrepâncias. Quanto à primeira definição de persuasão ou de provável (πιθανός), como indicativa da verdade, em *Adv. Rhet.* 63-64 o provável, a partir da verdade, produz uma “visão de verdade” (ἀληθοῦς ἐμποιοῦν φαντασίαν)<sup>4</sup>, ao passo que em *Adv. Log.* I, 174 há a aparência de verdade

3 Doravante *Adv. Log.*

4 Compare com a versão latina de Herveti: “veri procreans visionem”, ou seja, “que

(φαινόμενον ἀληθές). Quanto à segunda definição, como uma mentira ou falsidade que produz uma indicação de verdade, em *Adv. Rhet.* 63-64 o provável produz, a partir do falso, uma “impressão de verdade” (ἀληθοῦς ἐμποιοῦν φαντασίαν) que, ademais, leva ao assentimento. Por outro lado, em *Adv. Log.* I, 174 há a oposição entre ser falso e parecer verdadeiro (καθ' ἕτερον δὲ τὸ ψευδὲς μὲν καθεστὼς φαινόμενον δὲ ἀληθές). A terceira definição é semelhante em ambas as passagens: pode haver algo que participe simultaneamente da verdade e da falsidade.

Em *Adv. Rhet.* 63-64 Sexto Empírico usa constantemente o vocábulo φαντασία com relação à verdade. Portanto, o provável é aquilo que persuade da verdade porque a impressão que o objeto gera é verdadeira, ou o provável persuade de uma verdade que não existe, porque a impressão é falsa, e nos leva a assentir erroneamente. No caso de *Adv. Log.* I, 174 são as aparências (o que aparece = φαινόμενον) que estão em jogo, e podem apresentar uma verdade, em consonância com o objeto mesmo, ou podem parecer uma verdade, embora sejam falsas.

Ora, φαινόμενον e φαντασία não são sinônimos, apesar da distinção ser sutil. O primeiro se refere às aparições dos objetos aos sentidos, mas mesmo que não haja quem os observe, ainda assim os objetos gerariam aparições (embora não se possa saber isso ao certo uma vez que para tal seria preciso observar seu comportamento quando não observados, um paradoxo). O último vocábulo se refere ao φαινόμενον quando percebido, e tão-somente quando isso ocorre. Ou seja, φαινόμενον se referiria aqui à aparição do objeto mesmo independentemente de um observador, ao passo que φαντασία seria o objeto a partir do momento em que causa uma impressão a um observador. Ademais, φαντασία se torna um conceito estoico, não obstante tenha sido apropriado pela academia a partir mesmo de Arcesilao, quando da discussão contra os estoicos acerca do critério de verdade. Por seu turno, contra a terminologia estoica das impressões (e dogmática, que gerou inúmeras contendas, sobre a qual

49

---

produz visão de verdade”. Ressaltamos que, em Cícero (em todo o *Academica*), “visio”, “visum” e “visionem” são os termos latinos para a φαντασία estoica.

não há unanimidade, somente aporias), os céticos pirrônicos pretendem aderir ao φαivόμενον, que parece existir antes mesmo das teorias, tanto as que pretendem definir o que é uma impressão, quanto as que pretendem definir o seu conteúdo. Sendo mais claro, os céticos pirrônicos pretendem viver de acordo com um tipo de percepção que não é alvo de teorias, não pode ser discutido e é coercitivo.

Dessa forma, a discussão sobre o critério que perpassa todo *Adv. Log.* I adentra pela consideração da questão por Platão (*Adv. Log.* I, 141-145). Depois pelos platônicos Espeusipo e Xenócrates (*Adv. Log.* I, 145-150) e pela academia em fase cética (*Adv. Log.* I, 150-174), quando Sexto Empírico introduz o supracritério do φαivόμενον como suporte ao πιθανός, o critério de Arcesilao. Em seguida Sexto esmiúça a defesa acadêmica do seu πιθανός (*Adv. Log.* I, 174-190), mas, se o φαivόμενον é o critério derradeiro por detrás do πιθανός, porque ele não basta? A resposta se dá pelo exemplo dos cirenaicos, para quem o φαivόμενον bastaria como critério (*Adv. Log.* I, 190-201). Ao contrapor acadêmicos e cirenaicos em *Adv. Log.* I, o objetivo de Sexto é demonstrar a aporia entre duas escolas de origem socrática acerca de um mesmo assunto. Contudo, em *Esboços pirrônicos* I, 215, Sexto Empírico claramente diz que os cirenaicos são semelhantes aos pirrônicos quanto ao critério: ambos aderem às aparências.

Voltando a *Adv. Rhet.* 63-64, a relação estabelecida entre os conceitos de πιθανός e de φαντασία também conduzirá a aporia, tendo em vista que são mutuamente excludentes. Assim, urgirá a suspensão de juízo tanto acerca do conceito estoico quanto acerca do acadêmico. Mas, acompanhem a argumentação sextiana.

Recorrendo a uma ironia, Sexto Empírico pede que os dogmáticos persuadam-no de qual a melhor definição de persuasivo (*Adv. Rhet.* 64): se (1) a persuasão é do verdadeiro, então, “a persuasão produzida pela retórica é supérflua” (*Adv. Rhet.* 65), por que não há necessidade de uma arte que persuada que o assassino pego em flagrante realmente é culpado do delito, isso é tão evidente quanto “é dia”, ou “estou falando agora”. Além disso, se a retórica é persuasiva, é também

dissuasiva, de modo que concerne então tanto ao verdadeiro quanto ao falso, ou a pontos de vista opostos em geral, e não exclusivamente persuade da verdade. Se (2) ela implanta uma impressão de verdade a partir do falso, a argumentação empregada será a mesma que a do caso (1). Assim, a retórica terá que envolver um conhecimento tanto do falso como do verdadeiro e ser igualmente dissuasiva ou persuasiva de ambos, então não persuadirá exclusivamente do falso. Finalmente, (3) se ela persuade ou dissuade igualmente do verdadeiro ou do falso, então ela não é uma ciência, porque não se relaciona exclusivamente com a verdade, não há, portanto, uma retórica que seja uma ciência do discurso cuja finalidade é persuadir (*Adv. Rhet.* 65-72).

Dissemos anteriormente que *πιθανός* é vocábulo que Sexto usa e que traduzimos aqui como persuasivo, e também que, empregado na discussão sobre o critério, o *πιθανός* (traduzido como provável) é o critério acadêmico (de Carnéades e Clitômaco) para a ação prática e o conhecimento. Se em *Adv. Rhet.* 65-72 a argumentação sextiana se refere à retórica, definida como ciência, e se somos levados a suspender o juízo quanto ao emprego de *πιθανός* especificamente como finalidade da retórica, por outro lado podemos exacerbar a *ἐποχή* e fazê-la incidir sobre o *πιθανός* de um modo geral. Desse modo, alvejar-se-ia o critério acadêmico para a ação e o conhecimento, e não exclusivamente sua teoria retórica.

Ademais, em *Adv. Rhet.* 65-72 desenhou-se uma argumentação que contrapôs persuasão e impressão e, se fomos levados à suspensão quanto à persuasão, como demonstramos acima, devemos também demonstrar como somos levados à suspensão sobre as impressões.

Assim, se (1) a persuasão é da impressão verdadeira, da mesma forma que não é preciso uma arte que persuade da verdade, uma vez que é autoevidente, tampouco é preciso assentir a uma impressão da verdade, porque se é autoevidente não precisa do assentimento, é coercitiva, não é, portanto, uma *φαντασία*, mas um *φαινόμενον*, e independe da interpretação do receptor. Se (2) a persuasão implanta uma impressão

de verdade a partir do falso, como é possível que o persuadido discirna tal coisa? Ou seja, no caso em que a pessoa é iludida pela habilidade de um orador mal-intencionado, ela não sabe que está sendo iludida enquanto está sendo iludida. Se assim é, então essa pessoa tem uma impressão errônea, mas que toma por verdadeira por que foi persuadida. Ora, persuasão e impressão se confundem aqui, mas, considerando que são critérios mutuamente excludentes, tal confusão não é possível. Se (3) a impressão tanto pode ser do verdadeiro como do falso, assim como a persuasão, e se a discernibilidade entre o verdadeiro e o falso é impossível, porque a impressão participa tanto da falsidade quanto da verdade, então ela não serve como critério de verdade. A partir das três argumentações somos levados à ἐποχή. Mas, se assim como no caso do πιθανός, também com a φαντασία podemos extrapolar de argumentos específicos (no caso, especificamente concernentes à retórica) para argumentos gerais, podemos então suspender o juízo acerca da teorética estoica sobre as impressões em geral.

52

### **ADV. RHET. 73-113**

Nos passos *Adv. Rhet.* 73-113, os últimos quarenta passos da obra, a argumentação de Sexto Empírico não suscita maiores aporias acerca dos critérios dogmáticos, são passos talvez mais interessantes para literatos ou historiadores.

Os passos *Adv. Rhet.* 73-85 persistem na discussão do propósito da retórica. Sexto, recorrendo a uma argumentação já anteriormente lançada, refuta que o propósito dela seja a vitória — porque o retor é mais vezes derrotado do que vitorioso —, ou a utilidade, uma vez que ele tem que se envolver com criminosos.

Com relação à discussão quanto ao resultado da terapia cética: o retorno à vida comum — contra as acusações de ἀπραξία ou ἀνεργησία — vale a pena citar os passos *Adv. Rhet.* 76-79, em que Sexto considera

que mesmo aqueles que persistem afirmando que a finalidade da retórica é a persuasão devem concordar que ela é inadequada para produzir tal fim:

... o discurso que faz surgir a boa vontade nos juízes é aquele que é persuasivo; mas o que faz surgir a boa vontade não é o discurso retórico, mas aquele que é simples e reflete o estilo ordinário. Pois ao estilo do retórico, todos que detestam ares de superioridade se opõem. Pois mesmo que o retórico sustente o que é justo, eles imaginam que coisas injustas lhes parecem justas, não por causa da real natureza das coisas, mas por causa das trapaças do retórico. Mas, por outro lado, com o discurso do homem comum todos simpatizam, sentindo sua fragilidade, e atribuem grande justiça ao que é menos justo por ser sustentado por uma pessoa comum e ordinária. E, por isso, aos atenienses, em dias antigos, não era permitido terem um advogado para defendê-los em um julgamento. Na corte do Areópago, cada homem, com o melhor de sua habilidade, fazia um discurso em sua própria defesa, sem trapaças ou malabarismos verbais. Ademais, se os retóricos cressem na sua própria afirmação de possuir o poder da persuasão, eles não deveriam excitar piedade ou lamentação ou indignação, ou outros sentimentos desse tipo, coisas que não persuadem, mas pervertem as mentes dos juízes e obscurecem a justiça. (*Adv. Rhet.* 76-79).

53

Os passos *Adv. Rhet.* 85-113 visam refutar que a retórica tenha uma matéria com a qual lide, e também que tenha partes, algo que não ocorre porque para tal precisaria ter um conteúdo específico, mas não tem.

A título de conclusão, voltando ao problema da exequibilidade do ceticismo sextiano e do escopo da suspensão cética de juízo, citaremos os interessantes passos *Adv. Rhet.* 97-99 em que, diante de uma contenda levada a tribunal, acerca de uma dívida, os juízes suspendem o juízo:

Um jovem homem, tomado pelo desejo pela retórica foi até ele (o retor Córax) e prometeu que o pagaria a quantia que ele cobrasse, caso ele ganhasse seu primeiro caso. E quando o trato foi feito, e o jovem dispunha de habilidade suficiente, Córax cobrou seus honorários, mas o outro disse “não”. Ambos então recorreram ao tribunal e tiveram seu caso julgado; e então, é dito, Córax pela primeira vez utilizou um argumento deste tipo: que, se ele ganhou ou perdeu o caso, ele deve receber a quantia; se ele ganhou, porque ganhou, e se ele perdeu, de acordo com os termos do trato; pois seu oponente concordou em pagar-lhe a quantia se ele ganhasse seu primeiro caso, então, se ele ganhou, era assim obrigado a desfazer o débito. E após os juízes o terem aplaudido por falar de modo justo, o jovem, por seu turno, começou o seu discurso e utilizou o mesmo argumento, nada alterando: “Se eu ganho”, disse ele, “ou se sou vencido, não sou obrigado a pagar a Córax a taxa; se ganho, porque ganhei; e se perco, de acordo com os termos do contrato; pois prometi pagar a taxa se ganhasse meu primeiro caso, mas, se perdesse, não deveria pagar”. Os juízes, então, levados a um estado de suspensão do juízo e perplexidade quanto à equipolência dos argumentos retóricos (εἰς ἐποχὴν δὴ καὶ ἀπορίαν ἐλθόντες οἱ δικάσται διὰ τὴν ἰσοσθένειαν τῶν ῥητορικῶν λόγων) conduziram ambos para fora do tribunal... (Adv. Rhet. 97-99).

## BIBLIOGRAFIA CITADA

### I- FONTES PRIMÁRIAS:

Long, A.A.; Sedley, D.N. (1987), *The Hellenistic Philosophers: translation of the principal sources, with philosophical commentary*, 2 vols, Cambridge, Cambridge University Press.

Long, H. S. (1964), *Diogenes Laertii vitae philosophorum*, 2 vols, Oxford, Oxford University Press.



- M.Tullius Cicero (2009), *On Academic Scepticism*, Brittain, Ch. trad., Cambridge, Hackett Publishing Company.
- Platon (1920 –1956), *Oeuvres Complètes*, Adiès A. trad., Paris, Les Belles Lettres.
- Sextus Empiricus (2013) *Contra os retóricos*. Brito, R. P.; Huguenin, R. trad., São Paulo, EdUNESP.
- Sextus Empiricus (2006), *Complete Works of*, 4 vols. Bury, R. G. trad. Loeb Classical Library, Harvard, Harvard University Press.
- Sextus Empiricus (2000), *Outlines of Scepticism*. Annas, J.; Barnes, J. eds., Cambridge, Cambridge University Press.
- Sextus Empiricus (1998), *Against the Grammarians*. Blank, D. L. trad., Oxford, Claredon Press.
- Sextus Empiricus (1997), *Against the Ethicists*. Bett, R. trad., Oxford, Claredon Press.
- Voon Arnin, H. F. A. (2010), *Stoicorum Veterum Fragmenta*, 4 vols., Munich, K.G. Saur Verlag.

55

## II- FONTES SECUNDÁRIAS: ARTIGOS E LIVROS:

- Annas, J. (1986), *Doing Without Objective Values: Ancient and Modern Strategies*. In: *The Norms of Nature: Studies in Hellenistic Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Austin, J. L. (1962), *How to do Things with Words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. Oxford: Clarendon.
- Barnes S, J; Schofield, M; Burnyeat, M. (orgs.). (1980), *Doubt and Dogmatism, Studies in Hellenistic Epistemology*. Oxford: Clarendon Press.
- Barnes, J. (1982), *The Beliefs of a Pyrrhonist*. In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, nº208. Cambridge.
- Bevan, Edwyn. (1927), *Stoïciens et Sceptiques*. Paris: Société d'Édition "Les Belles-Lettres".
- Bolzani , R. (2008), "A Epokhé Cética e Seus Pressupostos", *Sképsis*, nº 3 - 4, 7-27.

- Brochard, Victor (2010), *Os Céticos Gregos*. São Paulo: Editora Odysseus.
- Brunschwig, J. (1980), *Proof Defined* Barnes S, J; Schofield, M; Burnyeat, M. orgs. *Doubt and Dogmatism, Studies in Hellenistic Epistemology*, Oxford, Claredon Press.
- Brunschwig, J. (2009), *Estudos e Exercícios de Filosofia Grega*. São Paulo, Edições Loyola.
- Burnyeat, M. F.; Frede, M. orgs. (1998), *The Original Sceptics*. Cambridge, Hackett Publishing Company.
- Burnyeat, M. F. (1980), *Can the Sceptic Live his Scepticism?* Barnes S, J; Schofield, M.; Burnyeat, M. orgs., *Doubt and Dogmatism, Studies in Hellenistic Epistemology*, Oxford, Claredon Press.
- Coussin, Pierre (1929), “L’origine e L’évolution de L’EPOXH” *Revue des Études Grecques*, 42: 31 –63.
- Frede, D., *How Sceptical Were the Academic Sceptics?* Popkin, R. H. org., *Scepticism in the History of Philosophy*, Holanda, Kluwer Academic Publishers, 1996.
- Frede, M. (2008), “As Crenças do Cético”, *Sképsis*, 3– 4.
- Marcondes de Souza Filho, D. (2005), “Ceticismo, Filosofia Cética e Linguagem”, Silva Filho, Waldomiro org. *O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia*. Ijuí, Editora Unijuí.
- Marcondes de Souza Filho, D. (1994), A “*Felicidade*” do Discurso Cético: o Problema da Auto- refutação do Ceticismo”, *O Que Nos Faz Pensar*, 8.
- Mates, B. (1996), *The Skeptic Way: Sextus Empiricus’s Outlines of Pyrrhonism*. Oxford: Oxford University Press.
- Momigliano, A. (1991), *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Nussbaum, M. (1991), “*Skeptic Purgatives: Therapeutic Arguments in Ancient Skepticism*”, *Journal of History of Philosophy*, 29, 4.
- Pereira, O. P. (2006), *Rumo ao Ceticismo*, São Paulo, Editora Unesp.
- Petit, P. (1987), *A civilização Helenística*, São Paulo, Martins Fontes.
- Popkin, R. (2000) *História do Ceticismo: de Erasmo a Spinoza*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

- Searle, J. R. (1970) *Speech Acts, an Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sedley, D. (2010), “Os protagonistas”, *Revista Índice*, vol. 02, nº01-.
- Sellars, J. (2006), *Stoicism*, Berkeley, University of California Press.
- Smith, Plínio Junqueira (2007), *Terapia e Vida Comum*, Sképsis, 1.
- Striker, G. (2012), “Estratégias céticas”, Brito, R. P.; Smith, P. J. orgs. *Breviário de filosofia pública*, nº 56, 04.
- Vogt, K. (2007) “Activity, Action and Assent: on The Life of the Pyrrhoniam Sceptic”, *Princeton Colloquium in Ancient Philosophy*.

### **III- OBRAS DE REFERÊNCIA:**

- Lidell, H. G.; Scott, R. (1940) *A Greek-English Lexicon. revised and augmented throughout by Sir Henry Stuart Jones. with the assistance of Roderick McKenzie*, Oxford, Clarendon Press.